EDITAL - LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00046/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024 - REGISTRO DE PREÇOS
CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR ITEM
LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:
FUNDO MUN. DE SAÚDE CASINHAS
RUA SEVERINO AUGUSTO DE MIRANDA, SN - CENTRO - CASINHAS - PE.
CEP: 55755–000 - E-mail: licit.casinhas@gmail.com - Tel.: (81) 3634–9156.

CERTAME COM COTA RESERVADA DE 25% DO OBJETO RESTRITA À PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

O município de Casinhas, estado de Pernambuco, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no **CNPJ 07.622.498/0001–73**, doravante **denominado simplesmente Órgão Realizador do Certame** e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da **Ata de Registro de Preços** dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, **ÀS 09:00 HORAS DO DIA 27 DE JANEIRO DE 2025**, por meio do site abaixo indicado, licitação na modalidade **Pregão nº 00025/2024**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço por item**, e o fornecimento realizado na forma **parcelada**; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 73, de 28 de Dezembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta visando o Registro de Preços para: **Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de medicamentos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Casinhas – PE, durante um período de 12 (Doze) meses.**

Data de abertura da sessão pública: 27/01/2025. Horário: 09:00 - horário de Brasília.
Data para início da fase de lances: prevista para ocorrer nessa mesma sessão pública.
Local: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto da presente licitação: **Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de medicamentos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Casinhas – PE, durante um período de 12 (Doze) meses.**

1.2.As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades máximas a serem eventualmente contratadas pelo Fundo Municipal de Saúde.

1.3.O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar Sistema de Registro de Preços para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4.O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo IV e nas condições previstas neste instrumento.

1.5.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

1.6.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.7.O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8.Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições determinadas no Art. 4º, da Lei 14.133/21.

1.9.Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília - DF.

2.0.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1.Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: https://www.portaldecompraspublicas.com.br/;
2.2.2. Pelo e-mail: licit.casinhas@gmail.com; ou
2.2.3. No endereço Rua Severino Augusto de Miranda, S/N, Centro, Casinhas – PE, CEP: 55-755.000, no horário de expediente.
2.2.2.1. **Caso a entrega do pedido de impugnação seja enviada via e-mail ou entregue no endereço do item 2.2.3, a integra do pedido será divulgada no portal de compras públicos para visualização pública.**

2.3.O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4.A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5.Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6.As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do Fundo Municipal de Saúde e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0.DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1.Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1.ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;
3.1.2.ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES;
3.1.3.ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;
3.1.4.ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO;
3.1.5.ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO;
3.1.6.ANEXO VI - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2.A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1.Pelos endereços eletrônicos:
3.2.1.1.http://www.prefeituracasinhas.pe.gov.br/;
3.2.1.2.www.portaldecompraspublicas.com.br; e
3.2.1.3.www.gov.br/pncp.

4.0.DO SUPORTE LEGAL

4.1.Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 73, de 28 de Dezembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

4.2. Legislação aplicada:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

4.2.1O Pregão é definido pela Lei nº 14.133/2021, no seu inciso XLI do artigo 6º, como a "modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto".

5.0.DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Entrega: **10 (dez) dias.**

5.2.O fornecimento será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I.

5.3.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: **até o final do exercício financeiro, considerado da data de sua assinatura**; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4.As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação:

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2066 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1016
FICHA: 1017

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2068 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1049
FICHA: 1050

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2069 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1065
FICHA: 1066

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2074 - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1134

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2076 - MANUTENÇÃO DO SAMU
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO

FICHA: 1143
FICHA: 1144

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2077 - MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO FORA DO DOMÍCÍLIO – TFD
3390.30 MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1149

5.5.Quando a validade da Ata de Registro de Preços ultrapassar o exercício financeiro atual, as despesas decorrentes de eventuais contratações futuras, correrão por conta das respectivas dotações previstas no orçamento do exercício financeiro posterior.

5.6.A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação do crédito correspondente, podendo ser realizada mediante apostilamento.

6.0.DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar–se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - **Cota Principal** - sendo que:

6.4.1.Foi estabelecido o percentual de 25% do objeto desta licitação, quando de natureza divisível, restrito à participação de ME e EPP - **Cota Reservada** - portanto, para o item 256, a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente;
6.4.2.Se o licitante for declarado vencedor de item da Cota Principal e do seu correspondente na Cota Reservada, e havendo divergência entre os preços ofertados, a contratação deverá ocorrer pelo menor dos valores;
6.4.3.O Licitante enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte poderá participar tanto da Cota Reservada quanto da Cota Principal;
6.4.4.O item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, está devidamente identificado com a indicação "ME" na coluna "PE - Participação Exclusiva ME/EPP" do Termo de Referência - Anexo I.

6.5.Não poderão participar os interessados:

6.5.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;
6.5.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
6.5.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
6.5.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
6.5.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e
6.5.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.6.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.7.É vedada a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios pode reduzir o universo da disputa. O consórcio pode retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Conforme Acórdão nº 1165/2012-Plenário, TC 037.773/2011-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 16.5.2012: Fica ao juízo discricionário da Administração Pública a decisão, devidamente motivada, quanto à possibilidade de participação ou não em licitações de empresas em consórcio.

6.8.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.9. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão participar do certame para o(s) mesmo(s) item(s).
6.10. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (condenações cíveis por atos de improbidade administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

6.11. Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar–se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.0.DO CREDENCIAMENTO

7.1.Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo Fundo Municipal de Saúde, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2.Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.2.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falelcom@portaldecompraspublicas.com.br.

7.3.O licitante responsabiliza–se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do município por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Casinhas responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4.É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê–los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5.A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0.DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1.Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2.No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1.Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
8.2.2. Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
8.2.3. Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
8.2.4.Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7°, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.5.Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
8.2.6. Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.
8.2.7. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

8.3.O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3°, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1.No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e
8.3.2.Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
8.5.Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6.Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.7.Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.8.O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.9.A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0.DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1.O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1.Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;
9.1.2.Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3.Marca: se for da própria empresa deverá ser informado "própria";
9.1.4.Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4.A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I:

9.4.1.O Licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação, indicado na coluna "quantidade" do referido termo de referência.

9.5.A indicação de "própria" em campo especifico, como por exemplo "marca", para o caso de bens produzidos pela própria empresa, é condição para a não identificação do licitante.

9.6.A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.7.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.8.Não será admitida a previsão de preços diferentes em decorrência do local de entrega do objeto da presente contração, mesmo quando distintos; ou em razão da forma e do local de acondicionamento; ou por qualquer outro motivo.

9.9.O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.10.Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.11.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.12.Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.13.As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e **qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta** correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.14.No preenchimento da proposta de preços, deverá ser informado um prazo de validade não inferior a 60 (Sessenta) dias.

10.0.DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1.A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2.Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1.Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;
10.2.2.A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;
10.2.3.A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3.O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4.O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5.Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1.O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6.Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7.O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1.O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 0,01 (zero vírgula um centavo).

10.8. Do cancelamento de lance:

10.8.1.O licitante poderá solicitar o cancelamento do seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;
10.8.2.O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
10.8.3. Encerrado o modo de disputa aberto, não será possível ou cancelamento do último lance ofertado.

10.8.3.1. O licitante será responsabilizado administrativamente por não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

10.9.Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

10.10.A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.11.Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo:

10.11.1.No procedimento de que trata o item acima, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance;
10.11.2.Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem anterior.

10.12.Encerrados os prazos estabelecidos nos item anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.

10.13.Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.14.Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.15.No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.16.Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.17.Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.18.Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.

10.19.Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.20.A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.21.Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

10.22.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.23.Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.24.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:

10.24.1.Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
10.24.2.Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
10.24.3.Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
10.24.4.Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.25.Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos por:

10.25.1.Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do Fundo Municipal de Saúde;
10.25.2.Empresas brasileiras;
10.25.3.Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
10.25.4.Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.

10.26.Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:

10.26.1.A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
10.26.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
10.26.3.Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
10.26.4.O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a sua **proposta atualizada**, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
10.26.5.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.

10.27.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de vinte e quatro horas.

10.28.Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0.DA FASE DE JULGAMENTO

11.1.Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.

11.2.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta:

11.2.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
11.2.2.Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam os que contenham as características do produto ofertado, tais como marca, modelo, fabricante e procedência, encaminhados por meio do sistema eletrônico, ou, quando indicado pelo Pregoeiro, por outro meio eletrônico, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.3.1.Contiver vícios insanáveis;
11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;
11.3.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
11.3.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
11.3.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.4.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Fundo Municipal de Saúde; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:

11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
11.4.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
11.4.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
11.4.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
11.4.3.Salienta-se que tais ocorrências não desclassificam automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.

11.5.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.
11.6.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

11.7.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contração, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de **HABILITAÇÃO**:

12.2.1.HABILITAÇÃO JURÍDICA:
12.2.1.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
12.2.1.2.Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. Registro comercial, no caso de empresa individual.

12.2.2.REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:
12.2.2.1.Regularidade para com a Fazenda Federal e Previdenciária – certidão conjunta negativa de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
12.2.2.2.Regularidade Fiscal para com a Fazenda Estadual para os licitantes sediadas no Estado de Pernambuco, para os demais licitantes dos outros Estados, Certidão Negativa da Fazenda Estadual da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
12.2.2.3.Certidão Negativa da Fazenda Municipal da sede do licitante, ou outro equivalente, na forma da lei.
12.2.2.4.Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS– CRF, apresentando a correspondente certidão fornecida pela Caixa Econômica Federal.
12.2.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

1**2.2.3.QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**
12.2.3.1.Certidão negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 90 (noventa) dias da data prevista para abertura das propostas. Para as empresas sediadas no Estado de Pernambuco deverá apresentar também Certidão Licitação 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006.
12.2.3.1.1. Quando comprovado que o distribuidor da sede do licitante não esteja realizando a expedição da certidão, as de 1º e 2º Grau do TJPE suprirão a exigência do item 12.2.3.1.

1**2.2.4.QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:**
12.2.4.1. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho anterior satisfatório, no fornecimento de objeto compatível com o item da presente licitação.

12.2.5.DECLARAÇÕES:
12.2.5.1.Declaração atestando que o licitante não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa do Município de Casinhas ou de qualquer entidade a ele vinculada – ANEXO III.
12.2.5.2. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública - – ANEXO III.

12.3.DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA:
12.3.1.Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/. Caso tal documento não seja apresentado, poderá ser diligenciado e/ou consultado.
12.3.2.Licença de funcionamento emitida pela vigilância sanitária da esfera estadual e/ou municipal da sede da licitante.
12.3.3.Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa - AFE, emitida pela ANVISA.
12.3.4. Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei 123/06, se for o caso, sendo considerada microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante:

a) Declaração expressa formalmente assinada por profissional da área contábil, devidamente habilitado;

b) Certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente.
c) Comprovação de opção pelo Regime de Tributação Simples Nacional acompanhada de declaração assinada pelo responsável legal da empresa informando inexistir quaisquer fatos que impeça receber o benefício da Lei Complementar 123/2006.

A ausência da referida declaração, certidão simplificada ou comprovação pelo Regime de Tributação Simples Nacional, não é suficiente motivo para a inabilitação do licitante. Caso tal documento não seja apresentado, poderá ser diligenciado e/ou consultado.

12.4.Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:
12.4.1.Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou
12.4.2.De oficio, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.5.Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:
12.5.1.Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.6.A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7.Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
12.7.1.Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
12.7.2.Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.8.Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:
12.8.1.Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.9.A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:
12.9.1.As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.9.2.Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o subitem anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
12.9.3.Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;
12.9.4.A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;
12.9.5.A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao Fundo Municipal de Saúde convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;
12.9.6.Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.10.Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.11.Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:
12.11.1.Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.12.Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:
12.12.1.A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do Fundo Municipal de Saúde relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
12.12.2.Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;
12.12.3.Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do Fundo Município de Saúde, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.13.Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.14.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

12.15. Todos os documentos e propostas de preços inseridos com assinatura digital devem ser os originais que foram submetidos à assinatura certificada. Isso permitirá a verificação de autenticidade por meio de diligências junto às entidades certificadoras:

12.15.1 A autenticidade das assinaturas digitais será conferida por meio de diligências realizadas no site oficial do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI): https://validar.iti.gov.br/index.html.
12.15.2 As empresas que não comprovarem a veracidade das assinaturas digitais em suas propostas, declarações e documentos serão desclassificadas ou inabilitadas para participar deste processo de licitação.

13.0.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1.A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1.Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel timbrado do proponente, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;
13.1.2.Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
13.1.3.Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2.Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1.Falta de dígitos: serão acrescidos zeros;
13.2.2.Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3.Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1.Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;
13.3.2.No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3.Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo produto, prevalecerá o de menor valor.

13.4.A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6.No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7.A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1.Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8.As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9.O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no **prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta:

13.9.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo.
13.9.2.Neste certame será solicitado pelo Pregoeiro, nos termos e prazo estabelecidos, o envio também do seguinte documento digital complementar:
13.9.2.1.Certificado de registro do produto emitido pela ANVISA, ou da dispensa de seu registro. A incorreção na apresentação do referido certificado não desclassifica automaticamente a proposta, apenas o item correspondente.

13.10.O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0.DOS RECURSOS

14.1.A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2.Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3.Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1.A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
14.3.2.O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4.O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5.As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1.Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso com a sua manifestação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

15.0.DA HOMOLOGAÇÃO

15.1.Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1.Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
15.1.2.Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
15.1.3.Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
15.1.4.Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0.DO CONTRATO

16.1.Após a homologação pela autoridade superior do Fundo Municipal de Saúde, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da

notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;
16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas:
16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;
16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a Ata de Registro de Preços ou a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21; e o fornecimento realizado de forma parcelada.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1.Formalização e Cadastro de Reserva:

17.1.1.Após a homologação do certame, serão registrados na Ata de Registro de Preços, os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto neste Edital; e será incluído na referida ata, na forma de anexo, o registro:
17.1.1.1.Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
17.1.1.2.Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
17.1.2.Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados:

17.1.2.1.A apresentação de novas propostas na forma deste subitem não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;
17.1.2.2.Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
17.1.3.A habilitação dos licitantes que comporão o Cadastro de Reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
17.1.3.1.Quando o licitante vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital; ou
17.1.3.2.Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste Edital.
17.1.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista neste Edital, poderá:
17.1.4.1.Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
17.1.4.2.Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.2.Assinatura:

17.2.1.Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21.
17.2.2.O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado convocado, desde que:
17.2.2.1.A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
17.2.2.2.A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
17.2.3.Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, devidamente homologados, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do correspondente item, a respectiva quantidade, preço registrado e demais condições.
17.2.4.O preço registrado, com a indicação do fornecedor, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
17.2.5.A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
17.2.6.Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do Cadastro de Reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17.3.Vigência:

17.3.1.O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.
17.3.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

17.4.Vedação a acréscimos de quantitativos:

17.4.1.É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

17.5.Controle e gerenciamento:

17.5.1.O controle e o gerenciamento das Atas de Registro de Preços serão realizados por meio de procedimentos de gestão de atas, quanto a:
17.5.1.1.Os quantitativos e os saldos; e
17.5.1.2.As solicitações de adesão.

17.6.Alteração ou atualização dos preços registrados:

17.6.1.Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do bem registrado, nas seguintes situações:
17.6.1.1.Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
17.6.1.2.Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21; ou
17.6.1.3.Na hipótese de reajustamento sobre os preços registrados, prevista neste instrumento, nos termos do disposto na Lei 14.133/21.

17.7.Negociação de preços registrados:

17.7.1.Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:
17.7.1.1.Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;
17.7.1.2.Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto neste instrumento.
17.7.1.3.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa;
17.7.1.4.Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a

conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.
17.7.2.Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso:
17.7.2.1.Para fins do disposto no subitem anterior, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas. Na hipótese de comprovação dessa ocorrência, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado;
17.7.2.2.Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e na legislação aplicável;
17.7.2.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto neste instrumento;
17.7.2.4.Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do disposto neste instrumento, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;
17.7.2.5.O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto neste instrumento.

18.0.DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DO PREÇO REGISTRADO

18.1.Cancelamento do registro do fornecedor:

18.1.1.O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:
18.1.1.1.Descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
18.1.1.2.Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
18.1.1.3.Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista neste instrumento; ou
18.1.1.4.Sofrer sanção prevista nos Incisos III ou IV, do caput do Art. 156, da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
18.1.2.O cancelamento do registro nas hipóteses previstas neste item será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
18.1.3.Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

18.2.Cancelamento dos preços registrados:

18.2.1.O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
18.2.1.1.Por razão de interesse público;
18.2.1.2.A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
18.2.1.3.Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto neste instrumento.

19.0.DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

19.1.Formalização:

19.1.1.A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento hábil, na forma definida neste Edital, conforme as disposições constantes do Art. 95, da Lei 14.133/21.
19.1.2.O instrumento de que trata o subitem anterior, será assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

19.2.Alteração do contrato:

19.2.1.O contrato eventualmente decorrente da ata poderá ser alterado, observado o disposto no Art. 124, da Lei 14.133/21.

19.3.Vigência do contrato:

19.3.1.A vigência do respectivo contrato será a estabelecida neste Edital, observadas as disposições do Art. 105, da Lei 14.133/21.

20.0.DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA

20.1.Competências:

20.1.1.A administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços, decorrentes do presente certame, serão do Fundo Municipal de Saúde, através do Secretaria Municipal de Saúde, atuando como órgão gerenciador do sistema de registro de preços, ao qual compete, em especial:
20.1.1.1.Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
20.1.1.2.Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados; e
20.1.1.3.Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento deste certame.

21.0.DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE

21.1.Competências:

21.1.1.O órgão ou à entidade participante será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, ao qual compete, em especial:
21.1.1.1.Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

21.1.1.2.Assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;
21.1.1.3.Zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou de obrigações contratuais; e
21.1.1.4.Prestar as informações solicitadas pelo órgão gerenciador do sistema de registro de preços quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

22.0.DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:

22.1.1.Pelo Fundo Municipal de Saúde, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.
22.1.2.Por órgãos ou entidades da Administração Pública não participantes do presente certame, atendidos os requisitos deste instrumento convocatório, que fizerem adesão à Ata de Registro de Preços, mediante a anuência do órgão gerenciador.
22.2.O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

23.0.DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE

23.1.Regra geral:

23.1.1.Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços IRP, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
23.1.1.1.Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;
23.1.1.2.Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no Art. 23, da Lei 14.133/21; e
23.1.1.3.Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
23.1.2.A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
23.1.3.Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetivará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
23.1.4.O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
23.1.5.O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste instrumento.

23.1.6.A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:
23.1.6.1.Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou
23.1.6.2.Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.
23.1.7.É vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

23.2.Limites para as adesões:

23.2.1.Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à Ata de Registro de Preços de que trata este instrumento:
23.2.1.1.As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador; e
23.2.1.2.O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, a metade do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

24.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO – REAJUSTE

24.1.Preços registrados - revisão:

24.2. Os preços são irreajustáveis.

24.2.1.No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente registrado o gerenciador do sistema, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando o fornecedor do compromisso assumido sem aplicação de penalidades, ou determinar a negociação.
24.2.2.Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador do sistema convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
24.2.3.Na ocorrência do preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
24.2.3.1.Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
24.2.3.2.Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

24.2.4.O realinhamento deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.
24.2.5.Definido o valor máximo a ser pago pelo Município, o novo preço para o respectivo item deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estará o fornecedor vinculado.
24.2.6.Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

24.3.Preços contratados – reajuste:

24.3.1.Os preços contratados são fixos e irreajustáveis.
24.3.2. Quando o(s) preço(s) registrado(s) tornar(em)-se inferior(es) ao(s) praticado(s) no mercado poderá a requerimento da contratada, com a devida comprovação, conforme exposto na Lei Federal 14.133/2021, conceder aumento no(s) valor(es) contratado(s) a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
24.3.3.O requerimento e alteração dos preços registrados deverá estar acompanhado de robusta prova documental acerca dos fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, com analítica demonstração de causa e efeito entre os fatos e o impacto nas obrigações fixadas na ata, sob pena de não conhecimento do pleito.
24.3.4.Não serão aceitos requerimentos de alteração dos valores instruídos com base apenas em notas fiscais.
24.3.5.Quando o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

a) Convocar o fornecedor do bem ou prestador do serviço visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

b) Liberar o fornecedor do bem ou prestador do serviço do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos firmados;

c)Convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviços, visando igual oportunidade de negociação.

d)Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador cancelará o bem ou o serviço objeto do preço negociado.

25.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

25.2.Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, no prazo de **até 10 (Dez) dias**, de acordo com a autorização de compra expedida pelo setor de compras, em dias úteis, no horário de 08:00 às 13:00 horas, no seguinte endereço:

Unidade: Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua Maria Cecilia Leal de Miranda, S/N, Centro, Casinhas.
Contato: (81) 3634-9119
E-mail: smscasinhaspe@hotmail.com

25.3.Os produtos deverão conter identificação do lote, data de fabricação ou de embalagem, data de validade e código de barras.

25.4.Os produtos deverão conter, no ato da entrega, validade mínima de 12 (Doze) meses.

24.5.No ato da entrega, as notas fiscais dos produtos deverão conter o detalhamento dos produtos fornecidos (marca, lote, validade, número de registro na ANVISA), e informações relativas a alíquota do ICMS e o valor destacado para os tributos.

26.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

26.1.Obrigações do Contratante:

a. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

b. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

c. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

d. Após a homologação do processo licitatório, o órgão contratante deverá alimentar o BPS, com o objetivo de identificar o bem comprado, seu preço unitário, quantidade adquirida, o nome do fornecedor e o valor total.

e. O processo de contratação de que trata esta Resolução deverá ser alimentado no Sistema de Remessa de Dados da Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – Remessa, TCEPE, nos termos da Resolução TC nº 231, de 27 de março de 2024.

f. Deverá manter controle informatizado do estoque de medicamentos e produtos de saúde, a fim de facilitar a gestão dos referidos produtos, registrar suas movimentações e prover base confiável para definição dos quantitativos a serem adquiridos em contratações futuras.

g. A unidade jurisdicionada deverá manter tempestiva a alimentação da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no SUS (BNAFAR), conforme determinam os artigos 391 a 395 da Portaria de Consolidação nº 1/MS, de 28 setembro de 2017.

h. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

26.2.Obrigações do Contratado:

a. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

b. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;

c. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21, com suas alterações;

d. Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: transporte, frete, carga e descarga, etc.;

e. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;

f. A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei 14.133/21;

g. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue fora das especificações constantes da proposta apresentada;

h. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes do fornecimento, respondendo por eles nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21;

i. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato;

j. Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;

k. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;

l. Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;

m. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;

n. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato;

o. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido em lei;

p. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);

q. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

r. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;

s. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus ficais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

t. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

u. Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os esclarecimentos e as informações técnicas pertinentes.

27.0.DO PAGAMENTO

27.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Fundo Municipal de Saúde, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: **Em até 30 (trinta) dias contados, do fornecimento do produto e a entrega da nota fiscal devidamente ao setor competente.**

27.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

27.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

27.4.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

28.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

28.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:
a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

28.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que

o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

29.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

29.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

29.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

29.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

29.4.Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

29.5.O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

29.6.O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

29.7.O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

29.8.O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

29.9.Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

29.10.Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

29.11.O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

29.12.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

29.13.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

29.14.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

29.15.Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

30.0.DA SUBCONTRATAÇÃO

30.1. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, não são admitidas neste objeto.

30.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

31.0.DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

31.1.Serão designados pelo FMS representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

Serão atribuições do gestor do contrato:

a. Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
b. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
c. Emitir avaliação do prazo de prestação e qualidade dos produtos;
d. Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
e. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
f. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
g. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
h. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
i. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
j. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
k. Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

Serão atribuições do fiscal do contrato:

a. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.
b. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
c. Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
d. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.
e. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
f. Recusar o fornecimento quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
g. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
h. Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
i. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

32.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

32.1.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

32.2.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo Fundo Municipal de Saúde, no endereço: Rua Severino Augusto de Miranda, SN – Centro – Casinhas – PE, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 13:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

32.3.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Surubim, Estado de Pernambuco.

32.4.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

32.5.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

32.6.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

32.7.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

32.8.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Fundo Municipal de Saúde, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

32.9.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Fundo Municipal de Saúde não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

32.10.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir–se–á o dia do início e incluir–se–á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Fundo Municipal de Saúde.

Casinhas – PE, 07 de Janeiro de 2025.

ALESSANDRA SOARES DE ANDRADE
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto do presente Termo de Referência a pretensa: **Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de medicamentos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Casinhas – PE, durante um período de 12 (Doze) meses.**

2.0.JUSTIFICATIVA

2.1.Para a contratação:

A disponibilidade contínua de medicamentos é crucial para o funcionamento adequado das unidades de saúde. A aquisição parcelada garante que os medicamentos estejam sempre disponíveis, evitando a interrupção dos tratamentos e assegurando que os pacientes recebam a medicação necessária no momento certo. Essa regularidade é vital para a eficácia dos tratamentos, especialmente para doenças crônicas e condições que requerem controle rigoroso, como diabetes e hipertensão.

Medicamentos controlados e injetáveis são frequentemente utilizados em situações críticas e emergenciais. A falta desses medicamentos pode comprometer gravemente a saúde dos pacientes e levar a desfechos negativos. Garantir um fornecimento contínuo e confiável desses insumos é essencial para que os profissionais de saúde possam responder prontamente a emergências médicas e realizar procedimentos que salvam vidas.

A contratação parcelada de medicamentos permite uma gestão mais eficiente dos recursos públicos. Compras organizadas e fracionadas evitam o desperdício, permitem melhores condições de negociação com os fornecedores e otimizam o uso do orçamento disponível. Isso resulta em economia financeira e garante que os recursos do Fundo Municipal de Saúde sejam utilizados de forma racional e sustentável.

A contratação de uma empresa especializada assegura a aquisição de medicamentos de alta qualidade, devidamente certificados e em conformidade com as normas sanitárias e regulamentações vigentes. Produtos de qualidade garantem a eficácia dos tratamentos e a segurança dos pacientes, minimizando riscos de reações adversas e garantindo o sucesso terapêutico.

Empresas especializadas no fornecimento de medicamentos possuem infraestrutura e capacidade logística para realizar as entregas de forma pontual e eficiente, atendendo aos prazos estabelecidos pelo Fundo Municipal de Saúde. Esse suporte logístico é crucial para assegurar que os medicamentos estejam sempre disponíveis quando necessários, evitando atrasos e problemas operacionais que possam comprometer o atendimento aos pacientes.

A contratação de uma empresa especializada garante que o fornecimento de medicamentos esteja em conformidade com as exigências legais e regulamentares, incluindo normas de controle de medicamentos e boas práticas de distribuição. A conformidade com a legislação vigente assegura que a administração pública atue de forma correta e responsável, protegendo a saúde pública e os direitos dos pacientes.

A contratação de uma empresa que adota práticas sustentáveis e responsáveis contribui para a promoção da sustentabilidade ambiental e social. Empresas comprometidas com a responsabilidade social e ambiental garantem o descarte adequado de resíduos e a promoção de práticas que minimizem o impacto ambiental.

3.0.DA COMPRA

3.1.As características e especificações do objeto ora licitado são:

I - Cota Principal:

Grupo 1 - Participação aberta a qualquer interessado:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
162	SUFADIAZINA DE PRATA 1 %– TUBO 30 G	TUBO	60000	4,59	275.400,00
			TOTAL		275.400,00

Grupo 2 - Participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PE
1	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG– CÁPSULA	COMPRIMIDO	20000	0,40	8.000,00	ME
2	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG– CÁPSULA	CÁPSULA	20000	0,67	13.400,00	ME
3	ÁCIDO VALPRÓICO 50MG/ML– FRASCO C/ 100 ML	CÁPSULA	300	5,42	1.626,00	ME
4	ALPRAZOLAM 0,5MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,08	400,00	ME
5	ALPRAZOLAM 2MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,13	650,00	ME
6	AMITRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	50000	0,05	2.500,00	ME
7	BIPERIDENO 2MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000	0,37	11.100,00	ME
8	BROMAZEPAM 3MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,11	220,00	ME
9	BROMAZEPAM 6MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	3000	0,15	450,00	ME
10	CARBAMAZEPINA 200 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	50000	0,16	8.000,00	ME
11	CARBAMAZEPINA 20MG/ML – FRASCO C/ 100 ML	FRASCO	100	7,30	730,00	ME
12	CARBONATO DE LÍTIO 300MG– COMPRIMIDO	COMPRIMDIO	15000	0,20	3.000,00	ME
13	CITALOPRAM 20MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,14	700,00	ME
14	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML – FRASCO 20 ML	FRASCO	100	2,21	221,00	ME
15	CLONAZEPAM 0,5MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000	0,08	1.600,00	ME
16	CLONAZEPAM 2MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000	0,08	2.400,00	ME
17	CLORPROMAZINA 100MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	40000	0,29	11.600,00	ME
18	CLORPROMAZINA 25MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,30	1.500,00	ME
19	DESVENLAFAXINA 50 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,77	1.540,00	ME
20	DIAZEPAM 10MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	15000	0,06	900,00	ME
21	DIAZEPAM 5MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10000	0,05	500,00	ME
22	ESCITALOPRAM 10MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000	0,15	3.000,00	ME
23	ESCITALOPRAM 20MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,28	1.400,00	ME
24	FENITOÍNA 100MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,20	400,00	ME
25	FENOBARBITAL 100 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000	0,16	4.800,00	ME
26	FENOBARBITAL 40MG/ML– SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20ML	FRASCO	300	4,70	1.410,00	ME
27	FLUOXETINA, CLORIDRATO 20 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	40000	0,08	3.200,00	ME
28	HALOPERIDOL 5MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000	0,18	5.400,00	ME

29	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	3000	0,29	870,00	ME
30	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 50MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,55	1.100,00	ME
31	QUETIAPINA 25MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000	0,15	3.000,00	ME
32	QUETIAPINA 50MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10000	2,50	25.000,00	ME
33	QUETIAPINA 100MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,51	2.550,00	ME
34	LEVOMEPROMAZINA 40MG/ML (4%)– FRASCO	FRASCO	100	11,78	1.178,00	ME
35	LEVOMEPROMAZINA 25MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10000	0,52	5.200,00	ME
36	LEVOMEPROMAZINA 100MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000	0,67	13.400,00	ME
37	OXICARBAZEPINA 6% SOLUÇÃO ORAL– FRASCO C/100ML	FRASCO	100	39,01	3.901,00	ME
38	PARACETAMOL+ CODEÍNA 500G+ 30 MG– COMRPIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,38	760,00	ME
39	PAROXETINA 20MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000	0,20	4.000,00	ME
40	PROMETAZINA 25MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	40000	0,16	6.400,00	ME
41	PREGABALINA 75MG–COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10000	0,26	2.600,00	ME
42	RISPERIDONA1MG/ML – FRASCO C/ 30 ML	FRASCO	1000	8,80	8.800,00	ME
43	RISPERIDONA 1MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	15000	0,10	1.500,00	ME
44	RISPERIDONA 2MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	25000	0,13	3.250,00	ME
45	RISPERIDONA 3 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	15000	0,18	2.700,00	ME
46	SERTRALINA, CLORIDRATO 50MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000	0,12	3.600,00	ME
47	SERTRALINA, CLORIDRATO100MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,41	2.050,00	ME
48	TRAMAL 50MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,16	320,00	ME
49	VENLAFAXINA, CLORIDRATO 75MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,41	2.050,00	ME
50	VENLAFAXINA 150MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,97	4.850,00	ME
51	LAMOTRIGINA 50MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,19	380,00	ME
52	MIRTAZAPINA 30 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,72	1.440,00	ME
53	LEVODOPA + CARBIDOPA 250 MG+ 25 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,57	1.140,00	ME
54	ACETILCISTEINA 20 MG/ML– FRASCO 100 ML	FRASCO	1000	4,33	4.330,00	ME
55	ACICLOVIR 200MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	3000	0,19	570,00	ME
56	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	80000	0,04	3.200,00	ME
57	ÁCIDO ASCÓRBICO 500MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,12	600,00	ME
58	ÁCIDO ASCÓRBICO SOLUÇÃO ORAL 200MG/ ML – FRASCO 20 ML	FRASCO	5000	1,32	6.600,00	ME
59	ACIDO FÓLICO 0,2MG/ML – FRASCO 30 ML	FRASCO	2000	3,00	6.000,00	ME
60	ÁCIDO FÓLICO 5MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,04	200,00	ME
61	ACIDO GRAXOS ESSENCIAIS– FRASCO 100 ML	COMPRIMIDO	5000	3,03	15.150,00	ME
62	ALBENDAZOL 400 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10000	0,40	4.000,00	ME
63	ALBENDAZOL 40MG/ML – FRASCO 10 ML	FRASCO	2000	1,23	2.460,00	ME
64	ALOPURINOL 100 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,14	280,00	ME
65	ALOPURINOL 300 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,22	440,00	ME
66	AMBROXOL 15MG/5ML – FRASCO 100 ML	FRASCO	3000	2,44	7.320,00	ME
67	AMBROXOL 30MG/5ML – FRASCO 100 ML	FRASCO	4000	2,65	10.600,00	ME
68	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO– FRASCO 60 ML	FRASCO	2000	4,72	9.440,00	ME
69	AMOXICILINA 500MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000	0,23	6.900,00	ME
70	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	1,66	3.320,00	ME
71	AMOXICILINA 50MG/ML + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 12,5MG/ML– FRASCO 75 ML	COMPRIMIDO	500	19,78	9.890,00	ME
72	AMOXICILINA 875MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	2,33	11.650,00	ME
73	ANLODIPINO 10MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	80000	0,06	4.800,00	ME
74	ANLODIPINO 5MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	80000	0,03	2.400,00	ME
75	ATENOLOL 100 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,13	650,00	ME

76	ATENOLOL 25 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	50000	0,04	2.000,00	ME
77	ATENOLOL 50 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	60000	0,05	3.000,00	ME
78	AZITROMICINA 200MG/5ML – FRASCO 15 ML	FRASCO	1000	6,49	6.490,00	ME
79	AZITROMICINA 500MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10000	0,77	7.700,00	ME
80	BROMETO DE IPRATRÓPIO GOTAS 0,25MG/ML – FRASCO 20 ML	FRASCO	500	1,20	600,00	ME
81	BROMOPRIDA 10MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,16	800,00	ME
82	BROMOPRIDA 4MG/ML– FRASCO 20ML	FRASCO	5000	2,17	10.850,00	ME
83	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 6,67MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 333,4MG/ML– FRASCO 20 ML	FRASCO	200	5,78	1.156,00	ME
84	CAPTOPRIL 25MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	60000	0,04	2.400,00	ME
85	CAVERDILOL 25MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,17	850,00	ME
86	CEFALEXINA 500MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	40000	0,63	25.200,00	ME
87	CEFALEXINA MONOIDRATADA 250MG/5ML– FRASCO 100 ML	FRASCO	1000	9,75	9.750,00	ME
88	CETOCONAZOL 200 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	15000	0,27	4.050,00	ME
89	CETOCONAZOL 20MG/G– TUBO 30G	TUBO	500	3,04	1.520,00	ME
90	CETOCONAZOL 20MG/ML – FRASCO 100 ML	FRASCO	500	5,26	2.630,00	ME
91	CETOPROFENO 100MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	1,09	2.180,00	ME
92	CIPROFLOXACINO 500MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,22	1.100,00	ME
93	CLARITROMICINA 500 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	1,66	3.320,00	ME
94	CLONIDINA 0,100 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,29	580,00	ME
95	CLOPIDOGREL 75 MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,26	520,00	ME
96	COLAGENASE 0,6U/G + CLORANFENICOL 0,01G/G – TUBO 30 G	TUBO	500	12,36	6.180,00	ME
97	COMPLEXO B– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,05	100,00	ME
98	DEXAMETASONA 1MG/G– TUBO 10 G	TUBO	2000	1,72	3.440,00	ME
99	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1 MG/ML – FRASCO 100ML	FRASCO	2000	2,43	4.860,00	ME
100	DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML– FRASCO 100 ML	FRASCO	3000	1,93	5.790,00	ME
101	DICLOFENACO DE POTÁSSIO 50MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,08	160,00	ME
102	DIGOXINA 0,25MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,18	900,00	ME
103	DIPIRONA 500MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	120000	0,12	14.400,00	ME
104	DIPIRONA GOTAS 500MG/ML	FRASCO	10000	1,25	12.500,00	ME
105	DONPERIDONA 10 MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,05	250,00	ME
106	ENALAPRIL 05 MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	80000	0,05	4.000,00	ME
107	ENALAPRIL 10MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	80000	0,04	3.200,00	ME
108	ENALAPRIL 20MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	70000	0,05	3.500,00	ME
109	ESPIRONOLACTONA 100MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1000	0,62	620,00	ME
110	ESPIRONOLACTONA 25MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,20	1.000,00	ME
111	FLUCONAZOL 150MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,46	2.300,00	ME
112	FUROSEMIDA 40MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	60000	0,05	3.000,00	ME
113	GLIBENCLAMIDA 5MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	150000	0,03	4.500,00	ME
114	GLICLAZIDA 30 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10000	0,13	1.300,00	ME
115	GLICLAZIDA 60 MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	10000	0,29	2.900,00	ME
116	HIDRALAZINA 25 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,38	1.900,00	ME
117	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	250000	0,02	5.000,00	ME
118	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + MAGNÉSIO 60MG+40MG– FRASCO 100ML	FRASCO	1000	2,86	2.860,00	ME
119	IBUPROFENO 50MG/ML– FRASCO 30ML	FRASCO	5000	2,41	12.050,00	ME
120	IBUPROFENO 600MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	50000	0,16	8.000,00	ME
121	ISOSSORBIDA 05 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1000	0,30	300,00	ME
122	ISOSSORBIDA 20 MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1000	0,22	220,00	ME
123	IVERMECTINA 6MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,28	560,00	ME
124	LIDOCAINA 20MG/G– TUBO 30G	TUBO	1000	4,73	4.730,00	ME
125	LORATADINA 10MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	15000	0,07	1.050,00	ME

126	LORATADINA 1MG/ML – FRASCO 100ML	FRASCO	1000	2,93	2.930,00	ME
127	LOSARTANA 50MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	400000	0,04	16.000,00	ME
128	METFORMINA 500MG –COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	80000	0,13	10.400,00	ME
129	METFORMINA 850MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	200000	0,12	24.000,00	ME
130	METILDOPA 250MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000	0,43	8.600,00	ME
131	METILDOPA 500MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	30000	0,90	27.000,00	ME
132	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML– FRASCO 10 ML	FRASCO	2000	1,64	3.280,00	ME
133	METRONIDAZOL 100MG/G– TUBO 50 G	TUBO	2000	5,80	11.600,00	ME
134	METRONIDAZOL 250MG –COMPRIMIDO	COMPRIDO	20000	0,19	3.800,00	ME
135	METRONIDAZOL 50MG/ML – FRASCO 100 ML	FRASCO	500	4,98	2.490,00	ME
136	METROPOLOL 100 MG– COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMPRIMIDO	2000	0,67	1.340,00	ME
137	METROPOLOL 50 MG– COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	COMPRIMIDO	1000	0,41	410,00	ME
138	MICONAZOL CREME DERMATOLÓGICO 20MG/G– TUBO 28 G	TUBO	2000	2,52	5.040,00	ME
139	MICONAZOL CREME GINECOLÓGICO 20MG/G– TUBO 80 G	TUBO	3000	7,86	23.580,00	ME
140	NEOMICINA, SULFATO DE 5MG/G + BACITRACINA ZÍNCICA 250UI/G– TUBO 10 G	TUBO	2000	2,27	4.540,00	ME
141	NIFEDIPINO 10 MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,10	200,00	ME
142	NIMESULIDA 100MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000	0,08	1.600,00	ME
143	NISTATINA 100.000UI/ML– FRASCO 30 ML	FRASCO	1000	5,09	5.090,00	ME
144	NISTATINA CREME GINECOLÓGICO 25.000UI/G– TUBO 50 G	TUBO	2000	6,66	13.320,00	ME
145	NITROFURANTOINA 100 MG– CÁPSULA	CAPSULA	1000	0,27	270,00	ME
146	OMEPRAZOL 20MG – CÁPSULA	CÁPSULA	30000	0,06	1.800,00	ME
147	OMEPRAZOL 40MG – CÁPSULA	CÁPSULA	20000	0,20	4.000,00	ME
148	PARACETAMOL 200MG/ML – FRASCO 15 ML	FRASCO	10000	1,22	12.200,00	ME
149	PARACETAMOL 500MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	40000	0,07	2.800,00	ME
150	PERMETRINA 1 % – FRASCO 60 ML	FRASCO	500	2,19	1.095,00	ME
151	PETROLATO LÍQUIDO (ÓLEO MINERAL) 100% – FRASSCO 100ML	FRASCO	500	3,51	1.755,00	ME
152	PREDINISONA 5MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	20000	0,06	1.200,00	ME
153	PREDNISOLONA 3MG/ML FRASCO 100 ML	FRASCO	2000	5,29	10.580,00	ME
154	PREDNISONA 20 MG– COMPRIMDIO	COMPRIMIDO	20000	0,13	2.600,00	ME
155	PROPRANOLOL 40MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	40000	0,04	1.600,00	ME
156	SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL– COMPOSIÇÃO SÓDICO POTÁSSIO, CLORETO CITRATO E GLICOSE, CONCETRAÇÃO 90 MEQ/L + 20 MEQ/L = 80 MEQ/L +30 MEQ/L +111 MOL/L, FORMA FARMACÊUTICA PÓ P/ SOLUÇÃO ORAL	FRASCO	2000	1,06	2.120,00	ME
157	SIMETICONA 40MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	5000	0,09	450,00	ME
158	SIMETICONA 75MG/ML – FRASCO 10 ML	GOTAS	2000	1,51	3.020,00	ME
159	SINVASTATINA 10 MG– COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	2000	0,08	160,00	ME
160	SINVASTATINA 20MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	40000	0,08	3.200,00	ME
161	SINVASTATINA 40MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	60000	0,16	9.600,00	ME
163	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400MG+ 80 MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	1000	0,17	170,00	ME
164	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA SUSP. ORAL – FRASCO 100 ML	FRASCO	2000	3,88	7.760,00	ME
165	SULFATO DE SALBUTAMOL 100MCG– FRASCO C/ 200 DOSES	FRASCO	2000	13,56	27.120,00	ME
166	SULFATO FERROSO 40MG – COMPRIMIDO	COMPRIMIDO	50000	0,04	2.000,00	ME
167	SULFATO FERROSO SUSP.XAROPE 25MG/100ML – FRASCO	FRASCO	1000	1,22	1.220,00	ME
168	TIMOLOL, MALEATO 0,5%– FRASCO	FRASCO	100	4,25	425,00	ME

169	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML – SOL. INJ. AMPOLA C/ 5 ML	Ampolas	1000	4,18	4.180,00	ME
170	ÁCIDO ASCORBICO– AMPOLA COM 5 ML	Ampolas	10000	0,87	8.700,00	ME
171	ÁGUA PARA INJEÇÃO – AMPOLA COM 10ML	Ampolas	20000	0,23	4.600,00	ME
172	ÁGUA PARA DESTILADA, GALÃO C/ 5 L (SISTEMA FECHADO)	Galões	500	10,40	5.200,00	ME
173	AMICACINA 500MG/2ML– AMPOLA	Ampolas	200	4,11	822,00	ME
174	AMINOFILINA 24 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/10 ML	Ampolas	200	4,04	808,00	ME
175	AMIODARONA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 3 ML	Ampolas	200	2,73	546,00	ME
176	AMPICILINA SÓDICA – PÓ P/ SOL INJETÁVEL – AMPOLA C/2 ML	Ampolas	300	4,49	1.347,00	ME
177	ADENOSINA 3MG/ML– AMPOLA C/ 2ML	Ampolas	500	10,95	5.475,00	ME
178	ATROPINA, SULFATO DE 0,25 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 1 ML	Ampolas	300	0,88	264,00	ME
179	BENZILPENICILINA 1.200.000UI – SUSPENSÃO INJETÁVEL 1 AMPOLA DE 4ML	Ampolas	1500	6,11	9.165,00	ME
180	BENZILPENICILINA 600.000UI– SUSPENSÃO INJETÁVEL 1 AMPOLA DE 4ML	Ampolas	1000	5,41	5.410,00	ME
181	BICARBONATO DE SÓDIO 1 MEQ/ML (8,4%) – SOL. INJ – AMPOLA	Ampolas	800	0,86	688,00	ME
182	BROMOPRIDA 5 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/2 ML	Ampolas	3000	1,49	4.470,00	ME
183	BUPIVACAINA 5 MG – AMPOLA C/4 ML	Ampolas	300	3,46	1.038,00	ME
184	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 20 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 1 ML	Ampolas	2000	0,94	1.880,00	ME
185	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA–DIPIRONA (4 MG/ML+ 500 MG/ML) – SOL.INJETÁVEL – AMPOLA C/5 ML	Ampolas	2500	1,30	3.250,00	ME
186	CARVÃO VEGETAL ATIVADO – PÓ P/ USO ORAL – POTE C/500 G	Unidades	20	38,26	765,20	ME
187	CEFALOTINA SÓDICA 1 G – PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL	Unidades	200	4,21	842,00	ME
188	CEFTRIAXONA 1G– AMPOLA C/ 10 ML	Ampolas	3000	4,07	12.210,00	ME
189	CETAMINA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampolas	100	20,87	2.087,00	ME
190	CETOPROFENO 100MG IV – FRASCO–AMPOLA	Ampolas	2000	3,66	7.320,00	ME
191	CETOPROFENO INJETÁVEL IM 50MG/ML – AMPOLAS C/ 2ML	Ampolas	2000	1,42	2.840,00	ME
192	CIPROFLOXACINO 2MG/ML – BOLSA 100ML	Unidades	200	8,46	1.692,00	ME
193	CLINDAMICINA 150MG/ML– AMPOLA C/ 4ML	Ampolas	1000	3,19	3.190,00	ME
194	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % – SOL INJ. AMPOLA C/ 10ML	Ampolas	500	0,41	205,00	ME
195	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 100 ML (SISTEMA FECHADO)	Frascos	10000	3,71	37.100,00	ME
196	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 250 ML (SISTEMA FECHADO)	Unidades	5000	4,12	20.600,00	ME
197	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO NÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 250 ML (SISTEMA ABERTO)	Frascos	2000	2,59	5.180,00	ME
198	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 500 ML – (SISTEMA FECHADO)	Frascos	5000	5,54	27.700,00	ME
199	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO NÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 500 ML – (SISTEMA ABERTO)	Frascos	2000	7,29	14.580,00	ME
200	SOLUÇÃO RINGER + LACTATO – SOL. INJETÁVEL – FRASCO 500 ML (SISTEMA FECHADO)	Unidades	2000	7,06	14.120,00	ME

201	CLORETO DE SÓDIO 20 % – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/ 10 ML	Unidades	500	0,41	205,00	ME
202	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/ 5 ML	Ampolas	1000	1,88	1.880,00	ME
203	COMPLEXO B – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 2 ML	Unidades	2000	1,05	2.100,00	ME
204	DESLANOSÍDEO 0,2 MG/ML – SOL.INJETÁVEL – AMPOLA C/2ML	Unidades	500	2,28	1.140,00	ME
205	DIAZEPAM 5 MG/ML – SOL INJETÁVEL – AMPOLA COM 2 ML	Unidades	1000	0,90	900,00	ME
206	DICLOFENACO DE SÓDIO 75 MG/3 ML – SOL INJETÁVEL – AMPOLA C/ 3 ML	Unidades	2000	0,96	1.920,00	ME
207	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/2ML	Unidades	15000	0,95	14.250,00	ME
208	DOPAMINA, CLORIDRATO 5 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/ 10 ML	Unidades	500	3,07	1.535,00	ME
209	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	Unidades	300	13,88	4.164,00	ME
210	EPINEFRINA 1 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/1 ML	Ampolas	1000	1,23	1.230,00	ME
211	ETILEFRINA 10 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA 1ML	Ampolas	500	1,87	935,00	ME
212	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML – SOL.INJETÁVEL – AMP C/ 5 ML	Ampolas	1000	1,85	1.850,00	ME
213	FENOBARBITAL 100 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 2 ML	Unidades	500	2,39	1.195,00	ME
214	FENTANILA 50MCG/ML– SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA 5 ML	Ampolas	200	3,28	656,00	ME
215	FLUMAZENIL 0,1MG/ML – AMPOLA C/ 5ML	Ampolas	50	6,02	301,00	ME
216	FITOMENADIONA 10 MG/ML – SOL. INJ. – AMPOLA C/ 1 ML	Unidades	500	1,53	765,00	ME
217	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO+FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO (160+60) MG/ML – FRASCO C/ 130 ML	Unidades	200	5,95	1.190,00	ME
218	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 2 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – F.A.	Unidades	5000	0,83	4.150,00	ME
219	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML – SOL.INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 2,5 ML	Unidades	5000	1,04	5.200,00	ME
220	FUROSEMIDA 10 MG/ML – S0L INJETÁVEL – AMPOLA 2 ML	Unidades	3000	0,88	2.640,00	ME
221	GENTAMICINA, SULFATO 20 MG/ML –PO P/SOL INJ AMP 1 ML	Unidades	100	1,65	165,00	ME
222	GENTAMICINA, SULFATO 40 MG/ML– PO P/ SOL INJ – AMP 1 ML	Unidades	200	1,21	242,00	ME
223	GENTAMICINA, SULFATO 80 MG/2ML –PO P/SOL INJ AMP 2 ML	Ampolas	200	1,14	228,00	ME
224	GLICONATO DE CÁLCIO 100MG/ML– AMPOLA C/ 10 ML	Ampolas	500	1,96	980,00	ME
225	GLICOSE 50% – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 10 ML	Unidades	3000	0,59	1.770,00	ME
226	HALOPERIDOL 5 MG/ML – AMPOLA COM 1 ML	Ampolas	500	1,56	780,00	ME
227	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL	Unidades	200	4,50	900,00	ME
228	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMP	Unidades	1000	6,43	6.430,00	ME
229	LIDOCAÍNA COM VASO 20 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/20 ML	Ampolas	500	6,35	3.175,00	ME

230	LIDOCAÍNA SEM VASO 20 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/20 ML	Unidades	1000	5,19	5.190,00	ME
231	MEROPENEM 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampolas	100	12,16	1.216,00	ME
232	METRONIDAZOL 500MG/100ML– BOLSA 100ML	Bolsas	200	4,44	888,00	ME
233	METILGOMETRINA 0,2MG/ML– AMPOLA C/ 1 ML	Ampolas	200	2,68	536,00	ME
234	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE 5MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/ 2 ML	Unidades	1000	0,66	660,00	ME
235	MIDAZOLAM 5 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA COM 5ML	Unidades	100	2,37	237,00	ME
236	MORFINA, SULFATO DE 10 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 1ML	Unidades	500	2,46	1.230,00	ME
237	NITROGLICERINA 5MG/ML – AMPOLAS C/ 10 ML	Ampolas	50	35,55	1.777,50	ME
238	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25 MG/ML + DILUENTE – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 2 ML	Unidades	200	18,58	3.716,00	ME
239	NOREPINEFRINA 2MG/ML– AMPOLA C/ 4 ML	Ampolas	500	2,40	1.200,00	ME
240	OCITOCINA 5U.I./ML – AMPOLA C/ 5 ML	Ampolas	200	3,62	724,00	ME
241	OMEPRAZOL 40 MG – FRASCO AMPOLA	Unidades	2000	9,20	18.400,00	ME
242	ONDANSETRONA 2MG/ML – AMPOLA C/ 4 ML	Ampolas	2000	1,50	3.000,00	ME
243	ONDANSETRONA 2MG/ML – AMPOLA C/ 2 ML	Ampolas	2000	1,23	2.460,00	ME
244	PETIDINA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML –SOL.INJ2– AMP C/2 ML	Unidades	200	3,85	770,00	ME
245	PIPERACILINA SÓDICA + TAZOBACTAM SÓDICO 2G + 0,25G – PO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL C/ 30 ML	Ampolas	50	13,53	676,50	ME
246	PROMETAZINA , CLORIDRATO DE 25 MG/ML – AMPOLA C/2ML	Unidades	2000	2,78	5.560,00	ME
247	SACARATO DE ÓXIDO FERRICO 100MG/5ML– AMPOLA C/ 5 ML	Ampolas	500	11,08	5.540,00	ME
248	SOLUÇÃO GLICOSADA 5% – FRASCO COM 500 ML – SISTEMA FECHADO	Unidades	5000	5,00	25.000,00	ME
249	SOLUÇÃO HIPERTÔNICA DE MANITOL 20% – FRASCO C/250 ML	Unidades	200	7,71	1.542,00	ME
250	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 100 MG – PO P/ SOLUÇÃO INJ ETÁVEL – FRASCO AMPOLA	Unidades	2000	3,20	6.400,00	ME
251	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500 MG – PO P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA	Unidades	2500	5,29	13.225,00	ME
252	SULFATO DE MAGNESIO 100MG/ML – AMPOLA C/ 10ML	Ampolas	500	1,12	560,00	ME
253	TENOXICAM 20MG INJETÁVEL– AMPOLA C/ 2 ML	Unidades	2000	7,22	14.440,00	ME
254	TRAMADOL 10 MG/2 ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/ 2ML	Unidades	2000	1,40	2.800,00	ME
255	VERAPAMIL 2,5 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/ 2 ML	Unidades	200	9,67	1.934,00	ME
			TOTAL		1.154.949,20	

PE - Participação Exclusiva ME/EPP: Art. 48, I, da Lei 123/06

II - Cota Reservada:

Grupo 3 - Participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	ID	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL	PE
256	SUFADIAZINA DE PRATA 1 %– TUBO 30 G	0162	TUBO	20000	4,59	91.800,00	ME
			TOTAL			91.800,00	

PE - Participação Exclusiva ME/EPP: Art. 48, III, da Lei 123/06
ID - Item Divisível do Grupo 1 que foi estabelecida cota de 25%

3.2.O valor total é equivalente a **R$ 1.522.149,20**.
3.3.Para o item com a indicação "ME" a participação é exclusiva a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, no prazo de **até 10 (Dez) dias**, de acordo com a autorização de compra expedida pelo setor de compras, em dias úteis, no horário de 08:00 às 13:00 horas, no seguinte endereço:

Unidade: Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua Maria Cecilia Leal de Miranda, S/N, Centro, Casinhas.
Contato: (81) 3634-9119
E-mail: smscasinhaspe@hotmail.com

4.2. Os produtos deverão conter identificação do lote, data de fabricação ou de embalagem, data de validade e código de barras.

4.3. Os produtos deverão conter, no ato da entrega, validade mínima de 12 (Doze) meses.

4.4. No ato da entrega, as notas fiscais dos produtos deverão conter o detalhamento dos produtos fornecidos (marca, lote, validade, número de registro na ANVISA), e informações relativas a alíquota do ICMS e o valor destacado para os tributos.

5. DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

5.1. O objeto será recebido por servidor designado pela administração, nos prazos e nos termos estabelecidos neste Termo de Referência, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

a) **Provisoriamente**: no ato da entrega, para posterior verificação da conformidade do produto, com as especificações contidas, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório;

b) **Definitivamente**: no prazo máximo de até 10 (Dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

6.0.DAS AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS DE FUNCIAMENTO

6.1.Como critério para habilitação da empresa participante no certame, deverá apresentar a autorização de funcionamento (AFE) emitida pela ANVISA, bem como estar licenciado pela vigilância sanitária da esfera municipal e/ou estadual de sua sede.

6.2.Licença de funcionamento emitida pela vigilância sanitária da esfera estadual e/ou municipal da sede da licitante.

7.0.DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A pretensa contratação visa a aquisição de medicamentos para atender os pacientes da rede municipal de saúde, em conformidade com a **Resolução 249 de 07 de agosto de 2024**, emitida pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, e a **Lei 14.133/21**, que regulamenta as contratações públicas.

7.2.Será utilizado o sistema de registro de preços, de modo que assegure os valores arrematados, e possibilidade que a administração realize contratações em parcelas, resultando no aproveitamento de recursos orçamentários, e enquadramento das despesas no exercício em que foi incorrida.

8.0.FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES

8.1.A contratação será realizada através da modalidade pregão, na forma eletrônica, através da plataforma Portal de Compras Públicas, cumprindo com a publicidade do aviso de licitação nos meios previstos no artigo 54 da Lei Federal 14.133.

8.2.Durante a fase de lances da contratação será adotado o modo de disputa aberto e fechado, onde haverá um intervalo de lances de no mínimo R$ 0,01. No instrumento convocatório deverá constar as instruções e tempos relacionados a disputa.

8.3.Como já previsto no Estudo Técnico preliminar, haverá o parcelamento da solução, sendo utilizado o critério de julgamento menor preço unitário.

8.4.As empresas deverão dispor de atividade compatível com o objeto da contratação, devidamente registrado no ato constitutivo e em suas alterações, quando houver.

8.5. Os produtos ofertados deverão ser analisados pelo responsável técnico, de modo que a assegure o fornecimento de produto compatível com a necessidade.

8.6. Deverão ser cumpridos os requisitos de habilitação previstos na Lei Federal 14.133/21, inclusive em relação a autorização e licenças sanitárias.

9.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

9.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

9.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

9.4. Após a homologação do processo licitatório, o órgão contratante deverá alimentar o BPS, com o objetivo de identificar o bem comprado, seu preço unitário, quantidade adquirida, o nome do fornecedor e o valor total.

9.5. O processo de contratação de que trata esta Resolução deverá ser alimentado no Sistema de Remessa de Dados da Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – Remessa, TCEPE, nos termos da Resolução TC nº 231, de 27 de março de 2024.

9.6. Deverá manter controle informatizado do estoque de medicamentos e produtos de saúde, a fim de facilitar a gestão dos referidos produtos, registrar suas movimentações e prover base confiável para definição dos quantitativos a serem adquiridos em contratações futuras.

9.7. A unidade jurisdicionada deverá manter tempestiva a alimentação da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no SUS (BNAFAR), conforme determinam os artigos 391 a 395 da Portaria de Consolidação nº 1/MS, de 28 setembro de 2017.

9.8.Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

10.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

10.2. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;

10.3. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21, com suas alterações;

10.4. Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: transporte, frete, carga e descarga, etc.;

10.5. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;

10.6. A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei 14.133/21;

10.7. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue fora das especificações constantes da proposta apresentada;

10.8. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes do fornecimento, respondendo por eles nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21;

10.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato;

10.10. Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;

10.11. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;

10.12. Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;

10.13. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;

10.14. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato;

10.15. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido em lei;

10.16. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);

10.17. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

10.18. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;

10.19. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus ficais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

10.20. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

10.21. Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os esclarecimentos e as informações técnicas pertinentes.

11.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

11.1.O prazo máximo de entrega do objeto da contratação, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

11.1.1.Entrega: **10 (Dez) dias.**

11.2.A vigência da presente contratação será determinada: **até o final do exercício financeiro, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de ajuste.**

12.0.DO REAJUSTAMENTO

12.1.Preços registrados – revisão:

12.1.1.Os preços são irreajustáveis.
12.1.1.1.No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico–financeiro do preço inicialmente registrado o gerenciador do sistema, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando o fornecedor do compromisso assumido sem aplicação de penalidades, ou determinar a negociação.
12.1.1.2.Quando o preço registrado tornar–se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador do sistema convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
12.1.1.3.Na ocorrência do preço de mercado torna–se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
12.1.1.3.1.Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
12.1.1.3.2.Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
12.1.1.4.O realinhamento deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.
12.1.1.5.Definido o valor máximo a ser pago pelo Município, o novo preço para o respectivo item deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estará o fornecedor vinculado.
12.1.1.6.Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.2.Preços contratados – reajuste:

12.1 A periodicidade de reajuste do valor do contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

12.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

12.1.2. O reajuste será concedido automaticamente pela Administração mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

12.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

12.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura

12.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

13.0.DO PAGAMENTO

13.1.O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, da seguinte maneira: **Em até 30 (trinta) dias contados, do fornecimento do produto e a entrega da nota fiscal devidamente ao setor competente.**

14.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

14.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

Serão atribuições do gestor do contrato:

a) Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
b) Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
c) Emitir avaliação do prazo de entrega e qualidade dos produtos;
d) Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
e) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
f) Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;
g) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
h) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
i) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
j) Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
k) Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

Serão atribuições do fiscal do contrato:

a) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.
b) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias do fornecimento do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
c) Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
d) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.
e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua fornecimento, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
f) Recusar o produto quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
h) Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
i) Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

14.2.A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorre do competente processo licitatório, serão realizados através do Departamento de Compras, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

14.3.Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para o respectivo item registrado nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

15.0.DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, não são admitidas neste objeto.

15.2 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

16.0.DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
16.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4.Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.5.O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.6.O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.7.O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.8.O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.9.Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.10.Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11.O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12.As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.13.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

16.14.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.15.Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

17.0.DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:

a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;

c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;

d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;

f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

17.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

18.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

18.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira,

devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.0.DA PESQUISA DE PREÇOS

19.1.A pesquisa de preços deverá ser realizada em conformidade ao artigo 23 da Lei Federal 14.133/21, e consonante a **Resolução 249 de 07 de agosto de 2024 do TCE/PE.**

19.2.Deverão ser coletados no mínimo 30 preços por item, de acordo com o art.º 6 da resolução, preferencialmente valores contratados por outros órgãos da administração pública, limitando-se aos efetivamente contratados.

19.3.Deverá ser realizada a análise crítica dos preços pesquisados, utilizando a metodologia de cálculo "Média Saneada do TCU".

19.4.Na ocorrência da não obtenção do quantitativo de preços do item 16.2, o responsável pela pesquisa de preços deverá justificar a ocorrência e a impossibilidade de obtenção do mínimo exigido.

20.0.DO MODELO DE PROPOSTA

20.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utiliza-lo como referência - Anexo 01.

WILSON JUSTINO DA SILVA
Farmacêutico

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024
FUNDO MUN. DE SAÚDE CASINHAS - PE.

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de medicamentos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Casinhas – PE, durante um período de 12 (Doze) meses.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Ácido Valpróico 250mg– cápsula		COMPRIMIDO	20000		
2	Ácido Valpróico 500mg– cápsula		CÁPSULA	20000		
3	Ácido valpróico 50mg/ml– frasco c/ 100 ml		CÁPSULA	300		
4	Alprazolam 0,5mg –comprimido		COMPRIMIDO	5000		
5	Alprazolam 2mg –comprimido		COMPRIMIDO	5000		
6	Amitriptilina, cloridrato 25 mg– comprimido		COMPRIMIDO	50000		
7	Biperideno 2mg – comprimido		COMPRIMIDO	30000		
8	Bromazepam 3mg –comprimido		COMPRIMIDO	2000		
9	Bromazepam 6mg – comprimido		COMPRIMIDO	3000		
10	Carbamazepina 200 mg– comprimido		COMPRIMIDO	50000		
11	Carbamazepina 20mg/ml – frasco c/ 100 ml		FRASCO	100		
12	Carbonato de lítio 300mg– comprimido		COMPRIMDIO	15000		
13	Citalopram 20mg –comprimido		COMPRIMIDO	5000		
14	Clonazepam 2,5 mg/ml – frasco 20 ml		FRASCO	100		
15	Clonazepam 0,5mg – comprimido		COMPRIMIDO	20000		
16	Clonazepam 2mg – comprimido		COMPRIMIDO	30000		
17	Clorpromazina 100mg– comprimido		COMPRIMIDO	40000		
18	Clorpromazina 25mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
19	Desvenlafaxina 50 mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
20	Diazepam 10mg– comprimido		COMPRIMIDO	15000		
21	Diazepam 5mg– comprimido		COMPRIMIDO	10000		
22	Escitalopram 10mg – comprimido		COMPRIMIDO	20000		

23	Escitalopram 20mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
24	Fenitoína 100mg – comprimido		COMPRIMIDO	2000		
25	Fenobarbital 100 mg– comprimido		COMPRIMIDO	30000		
26	Fenobarbital 40mg/Ml– solução oral frasco 20ml		FRASCO	300		
27	Fluoxetina, cloridrato 20 mg– comprimido		COMPRIMIDO	40000		
28	Haloperidol 5mg – comprimido		COMPRIMIDO	30000		
29	Nortriptilina, cloridrato 25mg – comprimido		COMPRIMIDO	3000		
30	Nortriptilina, cloridrato 50mg – comprimido		COMPRIMIDO	2000		
31	Quetiapina 25mg – comprimido		COMPRIMIDO	20000		
32	Quetiapina 50mg – comprimido		COMPRIMDO	10000		
33	Quetiapina 100mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
34	Levomepromazina 40mg/mL (4%)– frasco		FRASCO	100		
35	Levomepromazina 25mg – comprimido		COMPRIMIDO	10000		
36	Levomepromazina 100mg– comprimido		COMPRIMIDO	20000		
37	Oxicarbazepina 6% solução oral– frasco c/100mL		FRASCO	100		
38	Paracetamol+ Codeína 500g+ 30 mg– comrpimido		COMPRIMIDO	2000		
39	Paroxetina 20mg– comprimido		COMPRIMIDO	20000		
40	Prometazina 25mg– comprimido		COMPRIMIDO	40000		
41	Pregabalina 75mg–comprimido		COMPRIMIDO	10000		
42	Risperidona1mg/ml – frasco c/ 30 ml		FRASCO	1000		
43	Risperidona 1mg– comprimido		COMPRIMIDO	15000		
44	Risperidona 2mg– comprimido		COMPRIMIDO	25000		
45	Risperidona 3 mg– comprimido		COMPRIMIDO	15000		
46	Sertralina, cloridrato 50mg– comprimido		COMPRIMIDO	30000		
47	Sertralina, cloridrato100mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
48	Tramal 50mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
49	Venlafaxina, cloridrato 75mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
50	Venlafaxina 150mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
51	Lamotrigina 50mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
52	Mirtazapina 30 mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
53	Levodopa + carbidopa 250 mg+ 25 mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
54	Acetilcisteina 20 mg/ml– frasco 100 ml		FRASCO	1000		
55	Aciclovir 200mg– comprimido		COMPRIMIDO	3000		
56	Ácido Acetilsalicílico 100mg – comprimido		COMPRIMIDO	80000		
57	ácido ascórbico 500mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
58	ácido ascórbico solução oral 200mg/ ml – frasco 20 ml		FRASCO	5000		
59	acido fólico 0,2mg/ml – frasco 30 ml		FRASCO	2000		
60	Ácido Fólico 5mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
61	Acido graxos essenciais– frasco 100 ml		FRASCO	5000		

62	Albendazol 400 mg– comprimido		COMPRIMIDO	10000		
63	Albendazol 40mg/mL – frasco 10 ml		FRASCO	2000		
64	Alopurinol 100 mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
65	Alopurinol 300 mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
66	Ambroxol 15mg/5ml – frasco 100 ml		FRASCO	3000		
67	Ambroxol 30mg/5ml – frasco 100 ml		FRASCO	4000		
68	Amoxicilina 250mg/5ml Suspensão– frasco 60 ml		FRASCO	2000		
69	Amoxicilina 500mg – comprimido		COMPRIMIDO	30000		
70	Amoxicilina 500mg + Clavulanato de Potássio 125mg– comprimido		FRASCO	2000		
71	Amoxicilina 50mg/ml + Clavulanato de Potássio 12,5mg/ml– frasco 75 ml		COMPRIMIDO	500		
72	Amoxicilina 875mg + Clavulanato de Potássio 125mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
73	Anlodipino 10mg– comprimido		COMPRIMIDO	80000		
74	Anlodipino 5mg – comprimido		COMPRIMIDO	80000		
75	Atenolol 100 mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
76	Atenolol 25 mg– comprimido		COMPRIMIDO	50000		
77	Atenolol 50 mg– comprimido		COMPRIMIDO	60000		
78	Azitromicina 200mg/5ml – frasco 15 ml		FRASCO	1000		
79	Azitromicina 500mg– comprimido		COMPRIMIDO	10000		
80	Brometo de Ipratrópio gotas 0,25mg/ml – frasco 20 ml		FRASCO	500		
81	Bromoprida 10mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
82	bromoprida 4mg/ml– frasco 20ml		FRASCO	5000		
83	Butilbrometo de escopolamina 6,67mg/ml + dipirona sódica 333,4mg/ml– frasco 20 ml		FRASCO	200		
84	Captopril 25mg – comprimido		COMPRIMIDO	60000		
85	Caverdilol 25mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
86	Cefalexina 500mg – comprimido		COMPRIMIDO	40000		
87	Cefalexina monoidratada 250mg/5ml– frasco 100 ml		COMPRIMIDO	1000		
88	cetoconazol 200 mg– comprimido		COMPRIMIDO	15000		
89	Cetoconazol 20mg/g– tubo 30g		TUBO	500		
90	Cetoconazol 20mg/ml – frasco 100 ml		FRASCO	500		
91	Cetoprofeno 100mg – comprimido		COMPRIMIDO	2000		
92	Ciprofloxacino 500mg – comprimido		COMPRIMIDO	5000		
93	Claritromicina 500 mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
94	clonidina 0,100 mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
95	Clopidogrel 75 mg – comprimido		COMPRIMIDO	2000		
96	Colagenase 0,6U/g + cloranfenicol 0,01g/g – tubo 30 g		TUBO	500		
97	complexo B– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
98	Dexametasona 1mg/g– tubo 10 g		FRASCO	2000		
99	Dexametasona elixir 0,1 mg/ml – frasco 100ml		TUBO	2000		
100	Dexclorfeniramina 2mg/5ml– frasco 100 ml		FRASCO	3000		

101	Diclofenaco de Potássio 50mg – comprimido		COMPRIMIDO	2000		
102	Digoxina 0,25mg – comprimido		COMPRIMIDO	5000		
103	Dipirona 500mg – comprimido		COMPRIMIDO	120000		
104	Dipirona Gotas 500mg/ml		FRASCO	10000		
105	Donperidona 10 mg – comprimido		COMPRIMIDO	5000		
106	Enalapril 05 mg – comprimido		COMPRIMIDO	80000		
107	Enalapril 10mg –comprimido		COMPRIMIDO	80000		
108	Enalapril 20mg –comprimido		COMPRIMIDO	70000		
109	Espironolactona 100mg – comprimido		COMPRIMIDO	1000		
110	Espironolactona 25mg – comprimido		COMPRIMIDO	5000		
111	Fluconazol 150mg –comprimido		COMPRIMIDO	5000		
112	Furosemida 40mg –comprimido		COMPRIMIDO	60000		
113	Glibenclamida 5mg –comprimido		COMPRIMIDO	150000		
114	Gliclazida 30 mg– comprimido		COMPRIMIDO	10000		
115	Gliclazida 60 mg – comprimido		COMPRIMIDO	10000		
116	hidralazina 25 mg– comprimido		COMPRIMIDO	5000		
117	Hidroclorotiazida 25mg – comprimido		COMPRIMIDO	250000		
118	Hidróxido de Alumínio + Magnésio 60mg+40mg– frasco 100ml		COMPRIMIDO	1000		
119	Ibuprofeno 50mg/ml– frasco 30ml		FRASCO	5000		
120	Ibuprofeno 600mg – comprimido		COMPRIMIDO	50000		
121	Isossorbida 05 mg– comprimido		COMPRIMIDO	1000		
122	Isossorbida 20 mg –comprimido		COMPRIMIDO	1000		
123	Ivermectina 6MG –comprimido		COMPRIMIDO	2000		
124	Lidocaina 20mg/g– tubo 30g		TUBO	1000		
125	Loratadina 10mg – comprimido		COMPRIMIDO	15000		
126	Loratadina 1mg/ml – frasco 100ml		COMPRIMIDO	1000		
127	Losartana 50mg – comprimido		COMPRIMIDO	400000		
128	Metformina 500mg –comprimido		COMPRIMIDO	80000		
129	Metformina 850mg – comprimido		COMPRIMIDO	200000		
130	Metildopa 250mg – comprimido		COMPRIMIDO	20000		
131	Metildopa 500mg – comprimido		COMPRIMIDO	30000		
132	Metoclopramida 4mg/ml– frasco 10 ml		FRASCO	2000		
133	Metronidazol 100mg/g– tubo 50 g		TUBO	2000		
134	Metronidazol 250mg –comprimido		COMPRIMIDO	20000		
135	Metronidazol 50mg/ml – frasco 100 ml		FRASCO	500		
136	metropolol 100 mg– comprimido de liberação controlada		COMPRIMIDO	2000		
137	metropolol 50 mg– comprimido de liberação controlada		COMPRIMIDO	1000		
138	Miconazol creme dermatológico 20mg/g– tubo 28 g		TUBO	2000		
139	Miconazol creme ginecológico 20mg/g– tubo 80 g		TUBO	3000		
140	Neomicina, sulfato de 5mg/g + bacitracina zíncica 250UI/g– tubo 10 g		TUBO	2000		
141	Nifedipino 10 mg – comprimido		COMPRIMIDO	2000		
142	Nimesulida 100mg – comprimido		COMPRIMIDO	20000		
143	Nistatina 100.000UI/ml– frasco 30 ml		FRASCO	1000		

144	Nistatina creme ginecológico 25.000UI/g– tubo 50 g		TUBO	2000		
145	Nitrofurantoina 100 mg– cápsula		CAPSULA	1000		
146	Omeprazol 20mg – Cápsula		CÁPSULA	30000		
147	Omeprazol 40mg – Cápsula		CÁPSULA	20000		
148	Paracetamol 200mg/ml – frasco 15 ml		FRASCO	10000		
149	Paracetamol 500mg – comprimido		COMPRIMIDO	40000		
150	permetrina 1 % – frasco 60 ml		FRASCO	500		
151	petrolato líquido (Óleo Mineral) 100% – frassco 100ml		FRASCO	500		
152	Predinisona 5mg – comprimido		COMPRIMIDO	20000		
153	prednisolona 3mg/ml frasco 100 ml		FRASCO	2000		
154	prednisona 20 mg– comprimdio		COMPRIMIDO	20000		
155	Propranolol 40mg – comprimido		COMPRIMIDO	40000		
156	Sais para reidratação oral– composição sódico potássio, cloreto citrato e glicose, concetração 90 meq/l + 20 meq/l = 80 meq/l +30 meq/l +111 mol/l, forma farmacêutica pó p/ solução oral		FRASCO	2000		
157	Simeticona 40mg – comprimido		COMPRIMIDO	5000		
158	Simeticona 75mg/ml – frasco 10 ml		GOTAS	2000		
159	Sinvastatina 10 mg– comprimido		COMPRIMIDO	2000		
160	Sinvastatina 20mg – comprimido		COMPRIMIDO	40000		
161	Sinvastatina 40mg – comprimido		COMPRIMIDO	60000		
162	Sufadiazina de prata 1 %– tubo 30 g		TUBO	60000		
163	Sulfametoxazol + Trimetoprima 400mg+ 80 mg – comprimido		COMPRIMIDO	1000		
164	Sulfametoxazol + Trimetoprima Susp. Oral – frasco 100 ml		FRASCO	2000		
165	Sulfato de Salbutamol 100mcg– Frasco c/ 200 Doses		FRASCO	2000		
166	Sulfato Ferroso 40mg – comprimido		COMPRIMIDO	50000		
167	Sulfato Ferroso Susp.xarope 25mg/100ml – frasco		FRASCO	1000		
168	Timolol, maleato 0,5%– frasco		FRASCO	100		
169	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML – SOL. INJ. AMPOLA C/ 5 ML		Ampolas	1000		
170	ÁCIDO ASCORBICO– AMPOLA COM 5 ML		Ampolas	10000		
171	ÁGUA PARA INJEÇÃO – AMPOLA COM 10ML		Ampolas	20000		
172	ÁGUA PARA DESTILADA, GALÃO C/ 5 L (SISTEMA FECHADO)		Galões	500		
173	AMICACINA 500MG/2ML– AMPOLA		Ampolas	200		
174	AMINOFILINA 24 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/10 ML		Ampolas	200		
175	AMIODARONA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML –SOLUÇÃO		Ampolas	200		

	INJETÁVEL – AMPOLA COM 3 ML					
176	AMPICILINA SÓDICA – PÓ P/ SOL INJETÁVEL – AMPOLA C/2 ML		Ampolas	300		
177	ADENOSINA 3MG/ML– AMPOLA C/ 2ML		Ampolas	500		
178	ATROPINA, SULFATO DE 0,25 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 1 ML		Ampolas	300		
179	BENZILPENICILINA 1.200.000UI – SUSPENSÃO INJETÁVEL 1 AMPOLA DE 4ML		Ampolas	1500		
180	BENZILPENICILINA 600.000UI– SUSPENSÃO INJETÁVEL 1 AMPOLA DE 4ML		Ampolas	1000		
181	BICARBONATO DE SÓDIO 1 mEq/ML (8,4%) – SOL. INJ – AMPOLA		Ampolas	800		
182	BROMOPRIDA 5 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/2 ML		Ampolas	3000		
183	BUPIVACAINA 5 MG – AMPOLA C/4 ML		Ampolas	300		
184	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA 20 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 1 ML		Ampolas	2000		
185	BUTILBROMETO ESCOPOLAMINA–DIPIRONA (4 MG/ML+ 500 MG/ML) – SOL.INJETÁVEL – AMPOLA C/5 ML		Ampolas	2500		
186	CARVÃO VEGETAL ATIVADO – PÓ P/ USO ORAL – POTE C/500 G		Unidades	20		
187	CEFALOTINA SÓDICA 1 G – PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL		Unidades	200		
188	CEFTRIAXONA 1G– AMPOLA C/ 10 ML		Ampolas	3000		
189	CETAMINA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL		Ampolas	100		
190	CETOPROFENO 100MG IV – FRASCO–AMPOLA		Ampolas	2000		
191	CETOPROFENO INJETÁVEL IM 50MG/ML – AMPOLAS C/ 2ML		Ampolas	2000		
192	CIPROFLOXACINO 2MG/ML – BOLSA 100ML		Unidades	200		
193	CLINDAMICINA 150MG/ML– AMPOLA C/ 4ML		Ampolas	1000		
194	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1 % – SOL INJ. AMPOLA C/ 10ML		Ampolas	500		
195	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO INJETÁVEL –		Frascos	10000		

	FRASCO AMPOLA C/ 100 ML (SISTEMA FECHADO)					
196	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 250 ML (SISTEMA FECHADO)		Unidades	5000		
197	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO NÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 250 ML (SISTEMA ABERTO)		Frascos	2000		
198	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 500 ML – (SISTEMA FECHADO)		Frascos	5000		
199	CLORETO DE SÓDIO 0,9 % – SOLUÇÃO NÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 500 ML – (SISTEMA ABERTO)		Frascos	2000		
200	SOLUÇÃO RINGER + LACTATO – SOL. INJETÁVEL – FRASCO 500 ML (SISTEMA FECHADO)		Unidades	2000		
201	CLORETO DE SÓDIO 20 % – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/ 10 ML		Unidades	500		
202	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO 5 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/ 5 ML		Ampolas	1000		
203	COMPLEXO B – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 2 ML		Unidades	2000		
204	DESLANOSÍDEO 0,2 MG/ML – SOL.INJETÁVEL – AMPOLA C/2ML		Unidades	500		
205	DIAZEPAM 5 MG/ML – SOL INJETÁVEL – AMPOLA COM 2 ML		Unidades	1000		
206	DICLOFENACO DE SÓDIO 75 MG/3 ML – SOL INJETÁVEL – AMPOLA C/ 3 ML		Unidades	2000		
207	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/2ML		Unidades	15000		
208	DOPAMINA, CLORIDRATO 5 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/ 10 ML		Unidades	500		
209	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML SOLUÇÃO INJETÁVEL		Unidades	300		
210	EPINEFRINA 1 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/1 ML		Ampolas	1000		
211	ETILEFRINA 10 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA 1ML		Ampolas	500		
212	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML – SOL.INJETÁVEL – AMP C/ 5 ML		Ampolas	1000		

213	FENOBARBITAL 100 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 2 ML		Unidades	500		
214	FENTANILA 50MCG/ML– SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA 5 ML		Ampolas	200		
215	FLUMAZENIL 0,1MG/ML – AMPOLA C/ 5ML		Ampolas	50		
216	FITOMENADIONA 10 MG/ML – SOL. INJ. – AMPOLA C/ 1 ML		Unidades	500		
217	FOSFATO DE SÓDIO MONOBÁSICO+FOSFATO DE SÓDIO DIBÁSICO (160+60) MG/ML – FRASCO C/ 130 ML		Unidades	200		
218	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 2 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – F.A.		Unidades	5000		
219	FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA 4 MG/ML – SOL.INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA C/ 2,5 ML		Unidades	5000		
220	FUROSEMIDA 10 MG/ML – S0L INJETÁVEL – AMPOLA 2 ML		Unidades	3000		
221	GENTAMICINA, SULFATO 20 MG/ML –PO P/SOL INJ AMP 1 ML		Unidades	100		
222	GENTAMICINA, SULFATO 40 MG/ML– PO P/ SOL INJ – AMP 1 ML		Unidades	200		
223	GENTAMICINA, SULFATO 80 MG/2ML –PO P/SOL INJ AMP 2 ML		Ampolas	200		
224	GLICONATO DE CÁLCIO 100MG/ML– AMPOLA C/ 10 ML		Ampolas	500		
225	GLICOSE 50% – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 10 ML		Unidades	3000		
226	HALOPERIDOL 5 MG/ML – AMPOLA COM 1 ML		Ampolas	500		
227	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL		Unidades	200		
228	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 20 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMP		Unidades	1000		
229	LIDOCAÍNA COM VASO 20 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/20 ML		Ampolas	500		
230	LIDOCAÍNA SEM VASO 20 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/20 ML		Unidades	1000		
231	MEROPENEM 500MG PÓ PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL		Ampolas	100		
232	METRONIDAZOL 500MG/100ML– BOLSA 100ML		Bolsas	200		
233	METILGOMETRINA 0,2MG/ML– AMPOLA C/ 1 ML		Ampolas	200		

234	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO DE 5MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA C/ 2 ML		Unidades	1000		
235	MIDAZOLAM 5 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA COM 5ML		Unidades	100		
236	MORFINA, SULFATO DE 10 MG/ML – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 1ML		Unidades	500		
237	NITROGLICERINA 5MG/ML – AMPOLAS C/ 10 ML		Ampolas	50		
238	NITROPRUSSETO DE SÓDIO 25 MG/ML + DILUENTE – SOLUÇÃO INJETÁVEL – AMPOLA COM 2 ML		Unidades	200		
239	NOREPINEFRINA 2MG/ML– AMPOLA C/ 4 ML		Ampolas	500		
240	OCITOCINA 5U.I./ML – AMPOLA C/ 5 ML		Ampolas	200		
241	OMEPRAZOL 40 MG – FRASCO AMPOLA		Unidades	2000		
242	ONDANSETRONA 2MG/ML – AMPOLA C/ 4 ML		Ampolas	2000		
243	ONDANSETRONA 2MG/ML – AMPOLA C/ 2 ML		Ampolas	2000		
244	PETIDINA, CLORIDRATO DE 50 MG/ML –SOL.INJ2– AMP C/2 ML		Unidades	200		
245	PIPERACILINA SÓDICA + TAZOBACTAM SÓDICO 2G + 0,25G – PO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL C/ 30 ML		Ampolas	50		
246	PROMETAZINA , CLORIDRATO DE 25 MG/ML – AMPOLA C/2ML		Unidades	2000		
247	SACARATO DE ÓXIDO FERRICO 100MG/5ML– AMPOLA C/ 5 ML		Ampolas	500		
248	SOLUÇÃO GLICOSADA 5% – FRASCO COM 500 ML – SISTEMA FECHADO		Unidades	5000		
249	SOLUÇÃO HIPERTÔNICA DE MANITOL 20% – FRASCO C/250 ML		Unidades	200		
250	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 100 MG – PO P/ SOLUÇÃO INJ ETÁVEL – FRASCO AMPOLA		Unidades	2000		
251	SUCCINATO SÓDICO DE HIDROCORTISONA 500 MG – PO P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL – FRASCO AMPOLA		Unidades	2500		
252	SULFATO DE MAGNESIO 100MG/ML – AMPOLA C/ 10ML		Ampolas	500		
253	TENOXICAM 20MG INJETÁVEL– AMPOLA C/ 2 ML		Unidades	2000		

254	TRAMADOL 10 MG/2 ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/ 2ML		Unidades	2000		
255	VERAPAMIL 2,5 MG/ML – SOL. INJETÁVEL – AMPOLA C/ 2 ML		Unidades	200		
256	Sufadiazina de prata 1 %– tubo 30 g		TUBO	20000		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R$

PRAZO DE ENTREGA:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024
FUNDO MUN. DE SAÚDE CASINHAS - PE.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

2.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Casinhas, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

3.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024
FUNDO MUN. DE SAÚDE CASINHAS - PE.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.
O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: ..../2024

Aos ... dias do mês de ... de ..., na sede do Setor de Contratação do Fundo Mun. de Saúde Casinhas, Estado de Pernambuco, localizada na Rua Severino Augusto de Miranda - Centro - Casinhas - PE, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 73, de 28 de Dezembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00025/2024 que objetiva o registro de preços para: Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de medicamentos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Casinhas – PE, durante um período de 12 (Doze) meses; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: FUNDO MUN. DE SAÚDE CASINHAS - CNPJ nº 07.622.498/0001-73.

VENCEDOR:						
CNPJ:						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT.**	**P.UNIT.**	**P.TOTAL**
					TOTAL	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de um ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Contrato, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, relativamente ao Pregão Eletrônico nº 00025/2024, parte integrante deste instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Fundo Mun. de Saúde Casinhas, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00025/2024, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.
Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;
Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;
As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;
O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, à metada do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;
Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;
Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA CONTRATAÇÃO:

As obrigações decorrentes da execução do objeto deste certame, constantes da Ata de Registro de Preços, serão firmadas com o fornecedor registrado, observadas as condições estabelecidas no presente instrumento e a contração será formalizada por intermédio do respectivo Contrato.
O prazo para retirada do Contrato, será de 05 (cinco) dias consecutivos, considerados da data da convocação.
O quantitativo do objeto a ser executado será exclusivamente o fixado no correspondente Contrato e observará, obrigatoriamente, o valor registrado na respectiva Ata.
Não atendendo à convocação para retirar o Contrato, e ocorrendo essa dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o licitante perderá todos os direitos que porventura tenha obtido como vencedor da licitação.
É permitido ao Órgão Realizador do Certame, no caso do licitante vencedor não comparecer para retirar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação e sucessivamente, para fazê-lo em igual prazo do licitante vencedor, aplicadas aos faltosos às penalidades cabíveis.
O contrato ou instrumento equivalente, decorrente do presente certame, deverá ser assinado no prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:
a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00025/2024 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

- ....
Item(s):
Valor: R$
- ....
Item(s):
Valor: R$

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Surubim.

...	...
...	...

ANEXO V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00025/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 00046/2024

CONTRATO Nº: ..../.....

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CASINHAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUN. DE SAÚDE E A EMPRESA....., PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o município de Casinhas, estado de Pernambuco, através do **FUNDO MUN. DE SAÚDE** - Rua Severino Augusto de Miranda, SN - Centro - Casinhas - PE, CNPJ nº 07.622.498/0001-73, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde Geysa Mylena de Lima Silva, Brasileira, Casada, residente e domiciliada na Tv. da Matriz, 19 - Tamboata - Bom Jardim - PE, CPF nº 088.951.784-32, Carteira de Identidade nº 8309134 SDS/PE, doravante simplesmente **CONTRATANTE**, e do outro lado ..... - ..... - ..... - ..... - ..., CNPJ nº ....., neste ato representado por .... residente e domiciliado na ...., ... - ..... - ..... - ..... - ..., CPF nº ....., Carteira de Identidade nº ...., doravante simplesmente **CONTRATADO**, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº 00025/2024**, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Municipal nº 73, de 28 de Dezembro de 2023; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada ..., tem por objeto: **Contratação de empresa para o fornecimento parcelado de medicamentos, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Casinhas – PE, durante um período de 12 (Doze) meses.**

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade **Pregão Eletrônico nº 00025/2024** e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R$ ... (...).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Preços registrados - revisão:
Os preços são irreajustáveis.
No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente registrado o gerenciador do sistema, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando o fornecedor do compromisso assumido sem aplicação de penalidades, ou determinar a negociação.
Quando o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador do sistema convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
Na ocorrência do preço de mercado torna-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
O realinhamento deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.
Definido o valor máximo a ser pago pelo Município, o novo preço para o respectivo item deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estará o fornecedor vinculado.
Não havendo êxito nas negociações, o Município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

Preços contratados – reajuste:
Os preços contratados são fixos e irreajustáveis.
Quando o(s) preço(s) registrado(s) tornar(em)-se inferior(es) ao(s) praticado(s) no mercado poderá a requerimento da contratada, com a devida comprovação, conforme exposto na Lei Federal 14.133/2021, conceder aumento no(s) valor(es) contratado(s) a fim de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.
O requerimento e alteração dos preços registrados deverá estar acompanhado de robusta prova documental acerca dos fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, com analítica demonstração de causa e efeito entre os fatos e o impacto nas obrigações fixadas na ata, sob pena de não conhecimento do pleito.

Não serão aceitos requerimentos de alteração dos valores instruídos com base apenas em notas fiscais. Quando o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Órgão Gerenciador deverá:

a) Convocar o fornecedor do bem ou prestador do serviço visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao mercado;

b) Liberar o fornecedor do bem ou prestador do serviço do compromisso assumido, e cancelar o seu registro, quando frustrada a negociação, respeitados os contratos firmados;

c)Convocar os demais fornecedores ou prestadores de serviços, visando igual oportunidade de negociação.

d)Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador cancelará o bem ou o serviço objeto do preço negociado.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2066 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1016
FICHA: 1017

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2068 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1049
FICHA: 1050

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2069 - MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1065
FICHA: 1066

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2074 - PISO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1134

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2076 - MANUTENÇÃO DO SAMU
3390.30 - MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1143
FICHA: 1144

90.022 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2077 - MANUTENÇÃO DO TRATAMENTO FORA DO DOMÍCÍLIO – TFD
3390.30 MATERIAL DE CONSUMO
FICHA: 1149

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: **Em até 30 (trinta) dias contados, do fornecimento do produto e a entrega da nota fiscal devidamente ao setor competente.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

a - Entrega: **10 (dez) dias.**

A vigência do presente contrato será determinada: **até o final do exercício financeiro, considerada da data de sua assinatura**; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

a. Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.

b. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.

c. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.

d. Após a homologação do processo licitatório, o órgão contratante deverá alimentar o BPS, com o objetivo de identificar o bem comprado, seu preço unitário, quantidade adquirida, o nome do fornecedor e o valor total.

e. O processo de contratação de que trata esta Resolução deverá ser alimentado no Sistema de Remessa de Dados da Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – Remessa, TCEPE, nos termos da Resolução TC nº 231, de 27 de março de 2024.

f. Deverá manter controle informatizado do estoque de medicamentos e produtos de saúde, a fim de facilitar a gestão dos referidos produtos, registrar suas movimentações e prover base confiável para definição dos quantitativos a serem adquiridos em contratações futuras.

g. A unidade jurisdicionada deverá manter tempestiva a alimentação da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no SUS (BNAFAR), conforme determinam os artigos 391 a 395 da Portaria de Consolidação nº 1/MS, de 28 setembro de 2017.

h. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme artigo 117 da Lei Federal 14.133/21, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

a. Zelar pela fiel execução do ajuste contratual, utilizando-se todos os recursos materiais e humanos necessários para tanto;

b. Responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por dolo ou culpa, na execução do contrato, bem como, por qualquer que venha a ser causados por seus prepostos, em idênticas hipóteses;

c. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução do contrato, nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21, com suas alterações;

d. Arcar com todas as despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução do objeto da contratação, tais como: transporte, frete, carga e descarga, etc.;

e. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que darão origem ao contrato;

f. A contratada se obriga a reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 155 da Lei 14.133/21;

g. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos produtos, bem como, efetuar a substituição, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue fora das especificações constantes da proposta apresentada;

h. Correrão por conta da CONTRATADA todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários, decorrentes do fornecimento, respondendo por eles nos termos do Art. 121 da lei Nº 14.133/21;

i. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o contrato;

j. Assumir inteira responsabilidade pela execução do contrato e efetuá-los de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções do contrato;

k. Comunicar imediatamente, por escrito, a CONTRATANTE, através da fiscalização do contrato, qualquer anormalidade verificada;

l. Responder civil e penalmente por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, por seus empregados dolosa ou culposamente;

m. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto do contrato, cabendo-lhe, integralmente o ônus decorrente, independentemente da fiscalização exercida pela CONTRATANTE;

n. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos, na execução do contrato;

o. Indicar à CONTRATANTE o nome de seu preposto para manter entendimento e receber comunicações ou transmiti-las ao executor do contrato conforme estabelecido em lei;

p. Informar na proposta a qualificação do Representante autorizado a firmar o contrato, ou seja: nome completo, endereço, CPF, Carteira de Identidade, Estado Civil, Nacionalidade e Profissão, informando qual o instrumento que lhe outorga poderes para firmar o referido contrato (Contrato Social ou Procuração);

q. Em nenhuma hipótese veicular publicidade ou qualquer outra informação à cerca das atividades objeto do contrato, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

r. Assumir todas e quaisquer reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais, por prejuízos ávidos e originados da execução do contrato, e que sejam ajuizados contra a CONTRATANTE por terceiros;

s. Submeter-se a mais ampla fiscalização da CONTRATANTE, por meio de seus ficais/gestores a qualquer época durante a vigência do Contrato, a qual poderá ser efetuada nas dependências da CONTRATADA, tudo isto visando o rigoroso cumprimento das obrigações contratuais;

t. Cumprir, durante a execução do contrato, todas as leis e posturas federais, estaduais ou municipais vigentes e atinentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

u. Fornecer, sempre que solicitado pela contratante, os esclarecimentos e as informações técnicas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Os produtos deverão ser entregues de forma parcelada, no prazo de **até 10 (Dez) dias**, de acordo com a autorização de compra expedida pelo setor de compras, em dias úteis, no horário de 08:00 às 13:00 horas, no seguinte endereço:

Unidade: Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua Maria Cecilia Leal de Miranda, S/N, Centro, Casinhas.
Contato: (81) 3634-9119
E-mail: smscasinhaspe@hotmail.com

Os produtos deverão conter identificação do lote, data de fabricação ou de embalagem, data de validade e código de barras.

Os produtos deverão conter, no ato da entrega, validade mínima de 12 (Doze) meses.

No ato da entrega, as notas fiscais dos produtos deverão conter o detalhamento dos produtos fornecidos (marca, lote, validade, número de registro na ANVISA), e informações relativas a alíquota do ICMS e o valor destacado para os tributos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GESTOR E FICAL DO CONTRATO:

Serão designados pelo FMS representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

Serão atribuições do gestor do contrato:

a. Aplicar advertência à Contratada e encaminhar para conhecimento da autoridade competente;
b. Solicitar abertura de processo administrativo visando à aplicação de penalidade cabível, garantindo a defesa prévia à Contratada;
c. Emitir avaliação do prazo de prestação e qualidade dos produtos;
d. Realizar reunião inicial com a contratada e solicitar dados e contatos do preposto;
e. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
f. Analisar relatórios e documentos enviados pelos fiscais do contrato;

g. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelos fiscais;
h. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
i. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando que o valor do contrato não seja ultrapassado;
j. Orientar o fiscal do contrato para a adequada observância das cláusulas contratuais;
k. Recebimento de bens, ateste de notas e faturas, controle financeiro, gestão de prazos e fiscalização;

Serão atribuições do fiscal do contrato:

a. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada.
b. Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada, com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato.
c. Disponibilizar toda a informação necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos.
d. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos.
e. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
f. Recusar o fornecimento quando visivelmente irregular, não aceitando diverso daquele que se encontra especificado no edital da licitação ou respectivo contrato, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
g. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela empresa;
h. Deverá indicar um preposto, pessoa física, que deverá receber escopo de trabalho detalhado;
i. Comunicar formalmente ao Gestor do contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a contratada;

A administração e os demais atos de controle da correspondente Ata de Registro de Preços, decorrente do competente processo licitatório, serão realizados através do Secretaria Municipal de Saúde, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para os respectivos itens registrados, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma,

condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções:
a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação;
c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155;
d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156;
f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: EM = N × VP × I, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: I = (TX ÷ 100) ÷ 365, sendo TX = percentual do IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.
c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, não são admitidas neste objeto.

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Surubim.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Casinhas - PE, ... de ..... de .....

TESTEMUNHAS PELO CONTRATANTE

_____ _____

.....

PELO CONTRATADO

_____ _____

.....